

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 454.102 - GO (2013/0416580-6)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : JÚLIO CÉSAR GONDIM MELO
ADVOGADO : LUCIANO GUIZILIN LOUZADA E OUTRO(S) - GO018665A
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MAURO JOSÉ GARCIA PEREIRA E OUTRO(S) - DF009482

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JÚLIO CÉSAR GONDIM MELO contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª), que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação de anulação de ato jurídico proposta por JÚLIO CÉSAR GONDIM MELO contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.

O il. Magistrado julgou improcedentes os pedidos (sentença às fls. 341/346).

Diante disso, JÚLIO CÉSAR GONDIM MELO interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TRF 1ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 406):

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO (SFH). AÇÃO DE ANULAÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO DO AGRAVO RETIDO NA APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO-LEI 70/66. REGULARIDADE DAS NOTIFICAÇÕES DO DEVEDOR. INEXISTÊNCIA DE CAUSA DE NULIDADE DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ILIQUIDEZ DA DÍVIDA NÃO DEMONSTRADA.

1. Não se conhece de agravo retido, se a parte não requerer, preliminarmente, nas razões ou contra - razões recursais de apelação, a sua apreciação pelo Tribunal (CPC, art. 523, § 1º).

2. Constitucionalidade da execução extrajudicial prevista no Decreto -Lei 70/66. Precedentes desta Corte, do STJ e do STF.

3. Inexiste causa de nulidade do procedimento de execução extrajudicial, em razão de ter sido o devedor notificado pessoalmente para ter ciência da execução extrajudicial, para purgar a mora, e para ter conhecimento das datas designadas para realização dos leilões. Observância das regras dos artigos 31 e 32 do Decreto -Lei 70/66.

4. A exigência de comum acordo entre o credor e o devedor na escolha do agente fiduciário para promover a execução extrajudicial não se aplica aos contratos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (Decreto -Lei 70/66, art. 30, § 2º) 5. Não está caracterizada a iliquidez do título executivo extrajudicial

quando está determinado o valor executado pelo credor hipotecário e não há prova da desconformidade do valor executado com as cláusulas do contrato. Há necessidade de comprovação da existência de excesso de execução para constatação da ausência do requisito de liquidez do título executivo.

6. Apelação a que se nega provimento."

Inconformado, JÚLIO CÉSAR GONDIM MELO interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, ofensa do art. 5º, incisos LIV e LV, da CF/88; a inconstitucionalidade do Decreto-Lei n.º 70/1966 e a violação dos arts. 31, 32 e 37, §2º, do Decreto-Lei n.º 70/1966.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 455/457.

Irresignado, JÚLIO CÉSAR GONDIM MELO manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 497/501).

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso especial (fls. 513/514).

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência do art. 5º, incisos LIV e LV, da CF/88, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Outrossim, invoca o recorrente a inconstitucionalidade do DL n.º 70/66, porquanto violaria o devido processo legal, especialmente o contraditório e a ampla defesa. Ocorre que, nesse ponto, o aresto recorrido guarda harmonia com o entendimento desta Corte, como deflui da leitura dos seguintes arestos:

"SFH. AGRAVO INTERNO. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEM A CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO-LEI 70/66. CONSOANTE A ITERATIVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, É POSSÍVEL A UTILIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL- TR NA ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DE CONTRATO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, AINDA QUE FIRMADO ANTERIORMENTE AO ADVENTO DA LEI Nº 8.177/91, DESDE QUE PACTUADO O MESMO ÍNDICE APLICÁVEL À CADERNETA DE POUPANÇA. SÚMULA Nº 454/STJ. NÃO COMPETE AO STJ VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SACRE, POR FORÇA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. O SISTEMA DE PRÉVIO REAJUSTE E POSTERIOR AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO FIRMADOS NO ÂMBITO DO SFH NÃO FERE O EQUILÍBRIO CONTRATUAL E ESTÁ DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

1. *'O Decreto-lei n. 70/1966 já teve sua inconstitucionalidade definitivamente rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal em inúmeros julgados, que firmaram o entendimento de que a citada legislação não viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição e nem mesmo o do devido processo legal (AgRg no Ag 962.880/SC, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJe de 22/9/2008)'. (AgRg no AREsp 533.871/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015)*
(...)

4. *Agravo interno não provido."*

(AgInt no REsp 1223651/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 07/12/2016, g.n.)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS PARA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ENUNCIADOS N. 7 DO STJ E 735 DO STF. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI 70/66. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
(...)

3. *O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal reconhecem a constitucionalidade do Decreto-Lei 70/66. Precedentes.*

4. *Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgRg no AREsp 494.283/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL**

GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 03/06/2016, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL.

FINANCIAMENTO HABITACIONAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. NECESSÁRIA A IDENTIFICAÇÃO, NO CASO CONCRETO, DE ÍNDOLE ABUSIVA NO CONTRATO. DECRETO-LEI 70/66. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. MOMENTO DA CORREÇÃO DO SALDO DEVEDOR. TAXA REFERENCIAL. LEILOEIRO PÚBLICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. 'A tese de inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 70/66 já foi rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal em diversas oportunidades, de modo que a execução extrajudicial baseada na referida legislação não afronta o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa' (AgRg no REsp 949.631/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 3/3/2009).

(...)

8. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1216391/RJ, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 20/11/2015, g.n.)

Além disso, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 31, 32 e 37, § 2º, do DL n.º 77/66. Sob as mencionadas ofensas, afirma-se que o juízo *a quo* não observou o trâmite da execução extrajudicial, especialmente a ausência de ciência pessoal sobre o leilão e inexistência de título líquido, certo e exigível.

O eg. TRF 1ª Região, por seu turno, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, concluiu pela regularidade da execução, pois foram observados todos os requisitos previstos no mencionado decreto. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão objurgado (fl. 402 e 404):

"Quanto à observância do procedimento previsto no Decreto -Lei nº 70/66 para a execução extrajudicial, verifica-se, à vista dos documentos juntados às fls.97/98, que o mutuário recebeu avisos de cobrança, por carta com AR, no endereço informado ao credor hipotecário; que foi notificado pessoalmente, pelo Oficial do Cartório de Títulos e Documentos (fls.106/108), para ter ciência

da execução extrajudicial e para purgar a mora; e que foi entregue pessoalmente ao mutuário a comunicação das datas de realização dos leilões extrajudiciais, no endereço de residência dos devedores (fls.109 e116). Também foram publicados editais para cientificação da realização dos leilões (fls.114/115 e 121/123), tendo sido observado o prazo legal mínimo de 20 dias previsto no artigo 32 do Decreto -Lei 70/66.

Diante disso considero terem sido observadas as regras formais estabelecidas pelo Decreto-Lei 70/66 e atendida a finalidade da norma para possibilitar que o devedor tivesse conhecimento da execução extrajudicial e das datas designadas para realização dos leilões extrajudiciais, e que pudesse purgar a mora para evitar a expropriação.

(...)

No que se refere à alegada iliquidez do título executivo, deve-se considerar que está determinado o valor executado. Há nos autos documento discriminativo do saldo devedor, com especificação do valor principal devido, dos juros de mora e dos encargos contratuais. Há precedentes deste Tribunal Regional Federal no sentido de que "a liquidez da dívida se verifica pela apresentação do demonstrativo do saldo devedor, discriminando as parcelas relativas ao principal, juros, multa e outros encargos contratuais e legais (art.31, III)" (TRF1 5a Turma, AC 2002.35.00.013690-8/GO, Relator: Juiz Federal convocado Marcelo Albernaz, e-DJF1 10.12.2008).

Eventual desconformidade entre o valor executado e aquele reputado devido pelo mutuário, quando decorrente de revisão de cláusulas do contrato, deveria ter sido suscitada em ação revisional, e não pode ser alegada como matéria de defesa em ação de anulação de execução extrajudicial, porque já ocorreu a resolução do contrato e a extinção da relação jurídico-contratual.

A execução de valor que se afirma ser superior ao efetivamente devido, de acordo com as cláusulas do contrato, deve ser comprovada nos autos, para justificar a alegação de excesso de execução. A mera alegação de excesso de execução não descaracteriza o preenchimento dos requisitos do título executivo, de certeza, exigibilidade e liquidez. Nesse sentido (TRF1 5a Turma, AC 1999.36.00.007981-7/MT, Rel. Juiz Federal convocado Pedro Francisco da Silva, e-DJF1 27.02.2009, p.266)." (g.n.)

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à regularidade da execução extrajudicial, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula

7/STJ.

E, no que tange à necessidade de haver comum acordo entre credor e devedor na escolha do agente fiduciário, no julgamento do REsp 1.160.435/PE, a Corte Especial do STJ consolidou o entendimento segundo o qual não se aplica aos contratos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH a exigência de comum acordo entre credor e devedor na escolha do agente fiduciário para promover a execução extrajudicial (art. 30, I, § 2º, do Decreto-Lei 70/66).

Veja-se a ementa do referido julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - SFH. ESCOLHA UNILATERAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO. POSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 30, I E II, §§ 1º E 2º, DO DECRETO-LEI N. 70/66. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR EM 10 (DEZ) DIAS PARA PURGAR A MORA. § 1º DO ART. 31 DO DECRETO-LEI N. 70/66. PRAZO IMPRÓPRIO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DA STF. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARATÓRIOS PARA SANAR A OMISSÃO. LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ACÓRDÃO A QUO CALCADO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...)

6. A exigência de comum acordo entre o credor e o devedor na escolha do agente fiduciário tão somente se aplica aos contratos não vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação-SFH, conforme a exegese do art. 30, I e II, e §§ 1º e 2º do Decreto-Lei 70/66. Precedentes: REsp 842.452/MT, Relatora Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 29 de outubro de 2008; AgRg no REsp 1.053.130/SC, Relator Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, DJ de 11 de setembro de 2008; REsp 867.809/MT, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ de 5 de março de 2007; e REsp 586.468/RJ, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 19 de dezembro de 2003.

7. In casu, a Caixa Econômica Federal designou a APERN - Crédito Imobiliário S/A como agente fiduciário na qualidade de sucessora do Banco Nacional da Habitação, sendo certo não ser necessário o comum acordo entre o devedor e o credor para essa escolha.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC." (g.n.)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator